É motivo de grande satisfação escrever o presente Editorial do Boletim do Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado, o qual traz trabalhos de elevadíssima qualidade técnica produzidos pelos Procuradores do Estado em suas mais diferentes áreas de atuação.

A publicação inicia com excelentes apontamentos formulados pelo colega Olavo José Justo Pezzotti, Chefe da Procuradoria Judicial, baseados em palestra que proferiu na última edição do Curso de Atualização Jurídica, realizado em 2015 em Atibaia-SP. Com precisão técnica e objetividade, o autor, que também é professor de Direito Processual Civil, aborda as principais questões que envolvem o tema «O Papel e o Funcionamento da Turma de Uniformização do Sistema dos Juizados Especiais».

Em artigo doutrinário, o Procurador Artur Barbosa da Silveira, classificado na Procuradoria Regional da Grande São Paulo e com larga experiência advinda também de cargos ocupados em outras instituições jurídicas, discorre, de forma sucinta e prática, sobre o agravo de instrumento à luz das disposições do novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015). Matéria atualíssima e presente no dia a dia de quem atua no contencioso.

Da lavra de Igor Volpato Bedone, que recentemente deixou os quadros da PGE para realizar o sonho de integrar a carreira do Ministério Público, o Parecer CJ/SPPREV nº 4193/2013, aprovado pela colega Juliana de Oliveira Duarte Ferreira, Chefe daquela Consultoria Jurídica, altera entendimento vigente até então, acerca do reconhecimento do tempo de serviço contabilizado pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS para efeito de aposentadoria, nos termos do artigo 20, II, da Lei nº 10.393/70, a partir de dúvida suscitada pela Diretoria da Carteira de Previdência das Serventias Notariais e de Registro – Carteira das Serventias.

Outro parecer, o PA nº 9/2016, da lavra da colega Luciana Rita Saldanha Gasparini, analisou minuciosamente divergência instalada entre a Assessoria Jurídica do Gabinete (AJG) e a Consultoria Jurídica da Secretaria da Segurança Pública, relacionada à conduta a ser adotada em processo administrativo disciplinar, na hipótese de doença mental do acusado surgida após o cometimento da falta.

Na seção “Legislação”, é destaque a Resolução PGE-14, de 29-02-2016 (publicada no DOE no dia 1º de março de 2016), que institui o Grupo de Atuação Especial para Recuperação Fiscal – GAERFIS, vinculado à Subprocuradoria Geral do Contencioso Tributário-Fiscal. Trata-se de iniciativa daquele órgão de Coordenação Setorial cuja importância é realçada no atual cenário de grave crise econômica nacional em que a arrecadação do Estado apresenta sensível declínio.

Os refinados trabalhos publicados nesta resenha são, apenas, uma pequena amostra do labor essencial e de extrema qualidade que é prestado pela Procuradoria Geral do Estado à Administração e à sociedade paulista.

No comando do Contencioso Geral do Estado desde janeiro de 2011, aproveito a oportunidade para utilizar este precioso canal de comunicação que o Centro de Estudos, gentilmente, me concede para uma breve menção àquele que tem sido o “carro-chefe”, a meta principal de atuação da área: o Programa “**Litigar Menos e Melhor**”.

Institucionalizado em 18 de novembro de 2015, pela Resolução PGE nº 25, com a finalidade precípua de adotar medidas direcionadas à redução da litigiosidade, bem como práticas voltadas à racionalização das atividades desempenhadas pelos Procuradores na defesa do Estado em juízo, o programa, entretanto, veio sendo implementado ao longo dos últimos anos, quando se intensificaram as medidas de redução de litigiosidade e de racionalização das atividades, sinalizando significativa mudança na forma de atuação do Poder Público paulista em juízo.

Nesse período, dentre outras iniciativas, concluiu-se o processo de **informatização** do contencioso geral; promoveu-se uma **reorganização administrativa**, permitindo acentuar o processo de **especialização**, notadamente nas procuradorias regionais; com as novas rotinas, muitas atividades foram descentralizadas, conferindo maior **autonomia** às unidades e aos procuradores.

Foram, ainda, concedidas dezenas de autorizações para **dispensa de interposição de recursos**, evitando a interposição de cerca de 25 mil recursos, em média, por ano; grandes questões controvertidas e com elevado grau de litigiosidade foram **solucionadas administrativamente**, inclusive mediante alteração legislativa; foram concedidas autorizações para **celebração de acordos** em temas específicos; exceto em casos de improbidade administrativa, há autorização para **não ajuizamento** de ações em que o valor em discussão não supere 600 Ufesp’s (cerca de R\$ 14 mil); houve a **simplificação** do procedimento de cumprimento de decisões judiciais que contém **obrigações de fazer**; foi criado o **Núcleo de Contencioso PGE-DETRAN**, com resultados extremamente positivos.

Esse trabalho, porém, é permanente, e novas medidas estão sendo estudadas a fim de melhorar as condições de atuação dos Procuradores e a qualidade da defesa do Estado em juízo.

Agradecendo pela atenção, convido a todos para uma boa leitura!

FERNANDO FRANCO

Subprocurador Geral do Estado
Contencioso Geral